

## ATUALIZAÇÃO

*Material inserido em Janeiro / 2018.*

### **Governo vincula discussão de gênero a ensino religioso**

Gestão Temer muda base curricular e põe sexualidade sob concepção religiosa.

**Menções ao combate à discriminação foram tiradas de documento que definirá aquilo que alunos irão aprender**

---

PAULO SALDAÑA  
DE SÃO PAULO

O Ministério da Educação do governo Michel Temer excluiu menções ao combate à discriminação de gênero da nova versão da Base Nacional Comum Curricular.

A pasta incluiu esse tema na parte de ensino religioso, para que se discuta nas escolas concepções de "gênero e sexualidade" de acordo com as tradições religiosas. Educadores criticam a medida.

A **Folha** teve acesso à nova versão da base, encaminhada ao CNE (Conselho Nacional de Educação) na semana passada, dia 29. O MEC se recusou a divulgá-la. O documento passa agora por uma análise final do conselho.

A base define aquilo que os alunos devem aprender, a cada ano, na educação básica.

Só a parte que vai da educação infantil ao ensino fundamental está em discussão. O debate sobre ensino médio foi congelado pelo governo.

A proposta de currículo que a gestão Temer tenta aprovar contém pontos

revisados pelo ministério a partir da terceira versão, que havia sido mandada ao CNE em abril.

O texto tem recebido sugestões de emendas de conselheiros em todas as áreas. O MEC já havia retirado, sem alarde, três menções ao respeito "à identidade de gênero" e "orientação sexual" da terceira versão da base. Agora, a Folha identificou ao menos dez trechos suprimidos pela equipe do ministro Mendonça Filho (DEM-PE).

Já na introdução, um texto que elencava as dez competências gerais da base indicava que as escolas deveriam valorizar a diversidade, "sem preconceitos de origem, etnia, gênero, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa". Na nova versão, só se fala em "preconceitos de qualquer natureza".

Para Andréa Gouveia, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, a atitude fere um compromisso da escola com a tolerância.

"Não nomear aquilo que são as desigualdades e preconceitos reforça visões conservadoras de que os preconceitos não existem", afirma.

A abordagem de temas sobre identidade de gênero pode, segundo estudiosos, influenciar na discussão de problemas sociais como violência contra a mulher, gravidez na adolescência e homofobia.

Priscila Cruz, do Movimento Todos Pela Educação, diz que as ausências comprometem a existência de um currículo de qualidade. "Não é o caso de recheiar a base com a questão de gênero, mas essa é uma questão contemporânea, por isso importante."

Grupos religiosos e conservadores têm se mobilizado contra o que chamam pejorativamente de "ideologia de gênero" na base — termo que nunca esteve presente.

A pressão também foi exercida por parlamentares da bancada evangélica, que integra a base do governo no Congresso. Eles afirmam que a discussão poderia destruir a identidade dos jovens.

## **STATUS**

As menções apagadas pelo ministério atingiram as áreas de ciências humanas, artes e educação física. Mas a discussão de "concepções de gênero e sexualidade, segundo diferentes tradições religiosas" foi parar como proposta de currículo do 9º ano na parte de ensino religioso.

A previsão de conteúdos de ensino religioso havia sido retirada da base na terceira versão, por ser área de ensino optativo, segundo a legislação. Mas, com a nova revisão, esse bloco não só voltou como se tornou uma área de conhecimento, com mesmo status de matemática ou linguagens.

Após a implementação, a base deve ser seguida por todas as escolas, públicas e privadas. O MEC, em nota, limitou-se a dizer que "aguarda o término das discussões para comentar". O CNE iniciará a discussão final sobre a base curricular na quinta (7) de dezembro de 2017.

## A BASE CURRICULAR

Documento está em discussão desde 2014



### O que é a Base Nacional Comum Curricular?

Um documento que indica o que as escolas públicas e privadas devem ensinar a cada ano, em toda a educação básica –educação infantil e ensinos fundamental e médio



### O que vai mudar quando ela ficar pronta?

A base vai orientar redes e escolas na elaboração de currículos, escolha de livros didáticos e formação de professores. Até agora, conteúdo é baseado em diretrizes genéricas

## CALENDÁRIO

### 26.jun.2014

Plano Nacional de Educação é sancionado e prevê que o governo crie a base

### set. a dez.2015

MEC apresenta 1ª versão e abre consulta pública

### 3.mai.2016

MEC divulga 2ª versão e a envia ao CNE e a Estados e municípios

### ago.2016 a mar.2017

Texto é devolvido ao MEC, que faz debates

### 23.set.2016

Temer publica reforma do ensino médio, adiando a base para esta etapa de ensino

### 6.abr.2017

MEC entrega 3ª versão (dos ensinos infantil e fundamental) para o CNE

### jul. a set.2017

CNE faz audiências públicas

### nov.2017

CNE divulga propostas de alterações, e MEC devolve ao conselho nova versão com mudanças

### Próximos passos

Conselho precisa deliberar sobre versão final e a encaminhar para homologação do MEC

**2019** Base deve ser implementada em sala de aula, após formação de professores e elaboração de livros didáticos

Fonte: Folha de São Paulo, Cotidiano, 06/12/2017, p. B1.